

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Pensamento Autoritário Brasileiro e a Crise Mundial: Reflexões de Francisco Campos no Período Entre Guerras

Resenhado por José Miguel Quedi Martins¹

A recente obra de Paulo Visentini² enfoca um tema inusual para um autor já consagrado com diversos livros publicados sobre História Mundial Contemporânea e Relações Internacionais. Trata-se de estudo que encontra em Francisco Campos o vértice que une a crise mundial no período entreguerras com o pensamento autoritário brasileiro e a gênese do Estado Novo. Conquanto o próprio autor seja o primeiro a minimizar a importância do livro – “apenas um trabalho de juventude” –, trata-se de obra seminal. Publicar o estudo 40 anos depois se justifica pela semelhança existente entre o período analisado e a situação atual, em que a crise e a transição mundiais potencializam as manifestações políticas autoritárias, tanto no plano nacional como no global.

Os temas de interesse vão desde a História do Brasil, passando pela História das Ideias – a gênese do pensamento autoritário no Brasil e no mundo

1 Professor de Relações Internacionais da UFRGS. O autor agradece a colaboração de João Gabriel Burmann da Costa, Felipe Werner Samuel, Lucas Lixinski Arnhold e Breno Teixeira Barbosa.

2 Paulo Visentini foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por 40 anos, aposentando-se como Professor Titular – o grau mais elevado da carreira de docente. Permanece como membro ativo dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS e em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Como Diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados/ UFRGS, criou em 1999 e ainda dirige, o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Em 2005 cumpriu papel destacado na fundação do curso de Relações Internacionais da UFRGS, junto à Faculdade de Ciências Econômicas (FCE). Na FCE, em 2010, foi cofundador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI). Além de publicações e pesquisas avançadas, buscou levar à sociedade o conhecimento internacionalista em projetos de Extensão, tais como UFRGSMUN e Relações Internacionais para Educadores (RIPE).

no entreguerras –, Política Externa Brasileira, a Era Vargas, a urbanização, industrialização e a emergência da sociedade de massas. O fio condutor é a vida e obra de Francisco Campos. Ele foi Secretário de Estado em Minas Gerais e no Distrito Federal, Deputado Federal, Ministro e representante do Brasil na Comissão Interamericana. Redigiu a constituição de 1937 e o AI-1 (1964) e faleceu em 1968 (Visentini 2023, 80).

O livro não expressa um compromisso formal em efetuar uma biografia – conquanto cumpra essa tarefa magistralmente. Todavia, é presidido pelo compromisso tácito de encontrar o lugar da consciência humana frente a necessidade inexorável – suscitada pela Segunda Revolução Industrial (Visentini 2023, 35) – que, em sua voragem, ameaçava destruir o tecido social, os fundamentos da vida pública e conduzir o Brasil à perda de essência e ao caos.

É notável que o autor, em 1983, defendendo dissertação em Ciência Política, intuitivamente já percebesse que os condicionantes se movem das estruturas (terceira imagem) para as unidades (países) – exatamente como o disposto por Waltz (2002, 155; Visentini 2023, 28). De modo que a “causa” do pensamento de Francisco Campos é a crise mundial suscitada pela revolução industrial (Visentini 2023, 35) e pela sociedade de massas (Visentini 2003, 89). A edição deste “trabalho de juventude” é consoante a essa percepção.

Além disso, do livro infere-se um alerta ao presente dos riscos envolvendo a Quarta Revolução Industrial, ao mesmo tempo que demonstra – ao resgatar o pensamento de Campos – que o Brasil já enfrentou esse desafio anteriormente, e com sucesso. E que, portanto, pode lograr obtê-lo novamente.

Desse modo, a obra projeta o futuro através do passado e os desafios do presente pela narrativa histórica – rigorosa e ricamente documentada. Portanto, ainda que o livro se baseie em fontes documentais profundas e, frequentemente, se dê voz ao próprio biografado na forma de citações diretas, trata-se de um Campos que é reorganizado enquanto um demiurgo da consciência. Nesta condição é despido de suas idiossincrasias e assume o papel de sujeito que se impõe, face à *fortuna* adversa, a desenvolver a *virtú* – preparar a sociedade e o Estado para efetuar o controle da mudança. Por este percurso, biógrafo e biografado associam-se ao pensador fundante da Filosofia Política moderna: Nicolau Maquiavel, para quem devia-se construir diques e canais (*virtú*), a fim de, nas cheias, poder conter as águas do rio caudaloso (*fortuna*) (Maquiavel 2017, 102).

A despeito dos inúmeros cargos que ocupou, Francisco Campos tinha dificuldades em lidar com os aspectos práticos da política (Visentini 2023, 75). Porém, foi justamente esse isolamento relativo de seus contemporâneos,

sua inteligência e imaginação poderosa que lhe permitiram perceber o limiar e as dimensões da mudança que se avizinhava. Francisco Campos movia-se contra quatro grandes ameaças:(1) a sociedade de massas; (2) a urbanização; (3) a industrialização; e (4) os meio de comunicação de massas. Na percepção de Campos tratava-se de desafios formidáveis, sobretudo o primeiro. Elas não podiam ser esconjuradas, posto que eram impostas ao Brasil de fora para dentro. Dado seu caráter totalizante, requeriam uma reformulação integral do Estado e da sociedade.

Ainda antes da Revolução de 1930, na condição de Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais (1926-1930), Francisco Campos promoveu a reforma na Educação (Visentini 2023, 76). Ela era a arma com a qual o intelectual contava para opor-se ao fascismo, baseado na mobilização e na violência política (Visentini 2023, 127). Como referido, já com Vargas, Campos escreveu a Constituição de 1937. O intuito era que, por meio dela, se desse a reformulação do Estado, de tal sorte que este pudesse ser robusto o suficiente para, efetivamente, exercer a tarefa de controle social (Visentini 2023, 130).

O ponto de partida nesse processo era a centralização política, indispensável para que o Estado lograsse obter a concentração dos meios de pagamento nas mãos da União, permitindo o investimento e o fomento (Visentini 2023, 90). Em suma, valendo-se aqui da terminologia de Celso Furtado, tratava-se de garantir o centro de decisão econômica brasileiro – definido pela posse dos elementos que consubstanciam a capacidade de uma comunidade de se autodeterminar e distribuir seus produtos sociais (Furtado 1962, 115-116). Graças a isso, foi possível ao Estado efetuar o controle da mudança já que a formação da indústria nacional lhe permitiu escalonar e suavizar os contornos de seu impacto.

Além disso, já eram perceptíveis os sinais de que se avizinhava uma Guerra Mundial (Visentini 2023, 132). Em função da disputa por mercados e matérias-primas, suscitada pela Segunda Revolução Industrial, eclodiram uma série de conflagrações, diante das quais a Liga das Nações revelou-se impotente. As confrontações na Ásia, África, Europa e até mesmo na América do Sul – a Guerra do Chaco (1932-1935) – colocavam na ordem do dia a preparação militar do Brasil.

No Brasil, graças à centralização suscitada pelo Estado Novo, efetivou-se a ruptura com a República Velha, seu liberalismo reacionário e sua democracia oligárquica. Francisco Campos tinha razão: as alternativas para o país situavam-se entre a democracia liberal oligárquica excludente (“formal”) ou a hegemonia inclusiva (“democracia substantiva”) (Visentini 2023, 130). O fenômeno não foi exclusivamente brasileiro: as experiências de Cárdenas (1934-1940), no México, e Péron (1946-1955), na Argentina, também ilustraram

que a “tradição política latino-americana esteve sempre mais vinculada à valorização da democracia social ou substantiva, secundarizando a busca da democracia política como sinônimo de mera democracia formal” (Trindade 1990, 155). Além disto, para Campos, a Democracia Liberal, como um todo, era “imprevidente” (Visentini 2023, 154) – sendo, portanto, impotente para fazer frente aos desafios que se avizinhavam, como a “ameaça socialista”.

Graças ao Estado Novo, o Brasil conseguiu dar início efetivo à endogeneização da Segunda Revolução Industrial (eletricidade e aço). Isso se deveu a barganha pragmática (Vizentini 1995, 33) efetuada entre os EUA e a Alemanha, que assegurou a construção da Siderúrgica de Volta Redonda. Além disso, logrou efetuar a preparação militar de modo a ingressar na Segunda Guerra Mundial ao lado do bloco vencedor. Isto se deu por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), à qual se devem as características do Exército Nacional até os dias de hoje.

A industrialização virtuosa na Era Vargas e no Regime Militar seguiu-se à crise do modelo substitutivo de importações – ele era a encarnação do legado da Segunda Revolução Industrial. Este processo coincidiu com o final da Guerra Fria (1985-1989) e o estabelecimento da unipolaridade (1991-2017). Neste cenário, era inexequível efetuar qualquer tipo de barganha diplomática (Vizentini 1995, 63) para que se pudesse endogeneizar a Terceira Revolução Industrial (microchip e fibra ótica). Além disso, contaram problemas de gestão interna, dos quais se falará adiante.

Aqui importa destacar que a Terceira Revolução Industrial alterou a correlação de forças estabelecida por suas precedentes. Em 1820, quando a Revolução Industrial ainda estava engatinhando, o Ocidente possuía 14% da população mundial e 25% da renda. Em 1950, após um século e meio de industrialismo, o Ocidente elevou sua participação na renda para 56%, mantendo sua população em 17% (Radelet; Sachs 1997, 44). De fato, foi a Revolução Industrial – secundada pela revolução científica e política – que levou a supremacia do Ocidente sobre o Oriente (Parker 2021, 273; McNeill 1972, 418). As privatizações desenfreadas na China, Rússia e Índia trouxeram ao mercado 3 bilhões de seres humanos, dos quais 1,5 bilhão de profissionais qualificados (Friedman 2014, 248). Em função da digitalização, que facultou a produção flexível, deu-se a produção por segmento e a desnacionalização da base industrial. Em decorrência desse processo, as indústrias deslocaram-se do Ocidente para o Oriente (Visentini 2004, 24-27; Miller 2023, 87). E agora, a Ásia ameaça destronar o Ocidente no primado da Revolução Industrial.

Com o retorno da competição entre as Grandes Potências (EUA 2017; 2018) e a possibilidade de uma nova guerra mundial, mais uma vez, se coloca na ordem do dia a realização da barganha diplomática (Vizentini 1995, 63). A

despite de descontinuidades ocasionais, o Brasil tem buscado executá-la, com destaque para sua participação no G20 e nos BRICS. Mais uma vez, torna-se possível colocar a Política Externa no centro da Política de Desenvolvimento, valendo-se do declínio relativo dos EUA para obter, quer dos estadunidenses ou dos chineses, os insumos da Terceira Revolução Industrial, e aquilo que se constitui no centro de decisão da Quarta Revolução Industrial – a inteligência artificial e a computação quântica.

Se a Segunda Revolução Industrial alterou o espaço geográfico deslocando os homens do campo para a cidade, a Quarta Revolução Industrial será acompanhada de uma transformação não menos drástica: o impacto das mudanças climáticas destruindo os bens públicos da civilização. Em contrapartida, a tecnologia das telecomunicações permitirá a redistribuição das populações em cidades menores ou até mesmo em localidades ermas. Isso sem prejuízo de sua participação no mundo do trabalho – em uma marcha da cidade para o campo. Como decorrência, a sociedade de massas cujo comportamento de multidão – com justa razão – amedrontava Francisco Campos (Visentini 2023, 89) poderá ceder lugar a algo ainda mais complexo: uma sociedade atomizada, hedonística, narcísica, com indivíduos alheios (indiferentes) a tudo que escapa de seu entorno físico imediato – este próprio já reduzido, em virtude da dispersão.

A Segunda Revolução Industrial, com o aço e a eletricidade, trouxe a concentração de capital intensiva e o Capitalismo Monopolista de Estado. Já a Quarta Revolução, em sua segunda fase, com a Inteligência Artificial (IA) e a quantização (chips, computador e comunicação quântica) empoderará as grandes empresas. De sorte que estas poderão pretender abolir a mediação do Estado e efetuar a administração dos serviços públicos – entre os quais a segurança e a defesa – como parte ordinária de seus ativos. Se com a eletricidade vieram os meios de comunicação de massa (radiodifusão), com a Quarta Revolução virão as redes neurais, que associadas aos satélites, permitirão a formação de sociedades transcontinentais, indiferentes a fronteiras ou a qualquer referência de território ou jurisdição.

Em suma, todas as razões que compeliram Campos a perseguir a reestruturação da sociedade e do Estado para fazer frente aos efeitos deletérios da mudança, estão agora presentes em intensidade igual, se não ainda maior. Diferentemente do que se deu no contexto da Terceira Revolução Industrial – na qual a inserção do Brasil foi precária –, a incapacidade de se inserir na Quarta Revolução acarreta o risco de um colapso catastrófico.

Cumprе recordar que, à época da Terceira Revolução Industrial, as privatizações no mundo tinham como objetivo gerar liquidez para alavancar o desenvolvimento de novas tecnologias (Vizentini 1992, 21). Contudo, no

Brasil, elas acabaram servindo apenas para sustentar a paridade do real com o dólar, tida como imprescindível para a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1998). Atento ao risco de colapso do tecido social decorrente das privatizações (Visentini 2004, 30) que subtraíram da indústria o subsídio indireto do setor estatal da economia, Bresser-Pereira concebeu a Esfera Pública Não-Estatal (Bresser-Pereira; Grau 1999, 16-17). Tratava-se de uma versão incipiente, ainda tímida, de projetar a criação de um Estado Ampliado (Buci-Glucksmann 1980, 358). Tanto a Esfera pública de Bresser-Pereira (1999) quanto o Estado Ampliado de Buci-Glucksmann (1980) contemplam a preocupação de Francisco Campos: a de manter um setor público robusto, apto ao controle de massas – ainda que, neste caso, não apenas às custas do erário. Igualmente, formas híbridas de gestão associada, unindo diferentes entes federados ou parcerias público-privadas, deveriam tomar o lugar das empresas estatais na alavancagem da economia nacional – o consórcio público (Salles 2021, 87). De sorte que estes serviriam para aprofundar o dinamismo de um setor privado competitivo e a eficiência de um Estado enxuto.

Esse caminho permanece em aberto. Mas, para que se vislumbre a solução, é preciso primeiro divisar o problema. Aqui importa reconhecer a miopia das forças políticas, que mantém sua disputa às custas da banalização do debate. O legado de Campos deixa aos conservadores a lição de que foram eles os artífices do Estado Nacional – tanto na Era Vargas quanto no Regime Militar. Portanto, não podem pretender manter sua identidade enquanto tal e desfazer-se do Estado. Este era, é, e, num horizonte predizível de eventos, continuará sendo a principal engrenagem de controle social – ainda que em sua forma ampliada, custeado também por recursos extraorçamentários.

Graças ao pensamento conservador, o Estado Novo pôde antecipadamente tomar da esquerda a proteção dos trabalhadores; dos liberais a defesa da democracia para além do formalismo; e enfrentar o reacionarismo dos próprios conservadores, controlando a mudança através da antecipação. Desse modo Francisco Campos, aos liberais, deixa o desafio: até onde o liberalismo é compatível com a democracia? Afinal, a banalização do uso de técnicas totalitárias por parte do liberalismo implica desfazer-se da democracia e assim de seu próprio ideal político (Visentini 2023, 129). Por fim, à esquerda, lança o desafio de superar a atomização do identitarismo e somar-se às fileiras da luta pela reindustrialização e ao debate em torno do projeto nacional.

É justamente isso que a obra de Visentini faz. Ela cria padrões de reconhecimento para que, à luz da experiência do Brasil frente a Segunda Revolução Industrial, se tenham referências para a agudeza dos desafios e

oportunidades suscitadas pela Quarta Revolução. Afinal, as soluções mecânicas – instrumentos legais e administrativos – podem estar disponíveis. Mas, não serão devidamente identificadas, ou utilizadas, sem o reconhecimento dos problemas que pretendem resolver.

Desse modo, o homem e o livro valem-se da educação para criar, a partir da percepção da importância das Relações Internacionais, uma cultura estratégica que permita nos tornar contemporâneos de nosso tempo – como foi, à sua época, Francisco Campos. O caminho da Educação, como forma de disseminar a Cultura Estratégica, tem como síntese a compreensão da Política Externa como o centro do Desenvolvimento Nacional. Em termos descritivos, traduz-se na retomada da barganha diplomática pelo Brasil, explorando as rivalidades entre as Grandes Potências. Em particular, valendo-se das confrontações imperiais que tem lugar entre as Guerras Mundiais – o que permitiria ao país adquirir o centro de decisão econômica –, detendo e ampliando sua soberania, incrementado a inserção internacional do país e o bem-estar do seu povo.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (org.). O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p 15-48. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

EUA. National Security Strategy of the United States of America. The White House. Dezembro de 2017.

EUA. Summary of the National Defense Strategy of the United States of America. Department of Defense. 2018.

FRIEDMAN, Thomas L. O mundo é plano: uma breve história do século XXI. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Porto Alegre: Pradense, 2017

MCNEILL, William. História Universal: um estudo comparado das civilizações. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

MILLER, Chris. A Guerra dos Chips: a batalha pela tecnologia que move o mundo. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

PARKER, Geoffrey. A Evolução da Arte da Guerra: a ascensão do Ocidente 1500-1800. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2021.

RADELET, Steve.; SACHS, Jeffrey. Asia's Reemergence. *Foreign Affairs*, [s. l.], v. 76, n. 6, p. 44-59

SALLES, Alexsandro de Souza. Consórcio Público: construindo capacidades. Blumenau: Dom Modesto, 2021.

TRINDADE, Hélgio. Eleições Presidenciais e Transição Política na América Latina. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 2, p. 153-174, jul./dez. 1990.

VIZENTINI, Paulo. O Pensamento Autoritário Brasileiro e a Crise Mundial – Reflexões de Francisco Campos no Período Entre Guerras. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI/NEPEC-UFRGS, 2023. v. 1. 172p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O descompasso entre as nações. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Relações Internacionais e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo F. Introdução In: VIZENTINI, Paulo F (org) A Grande Crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992

WALTZ, Kenneth. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002.